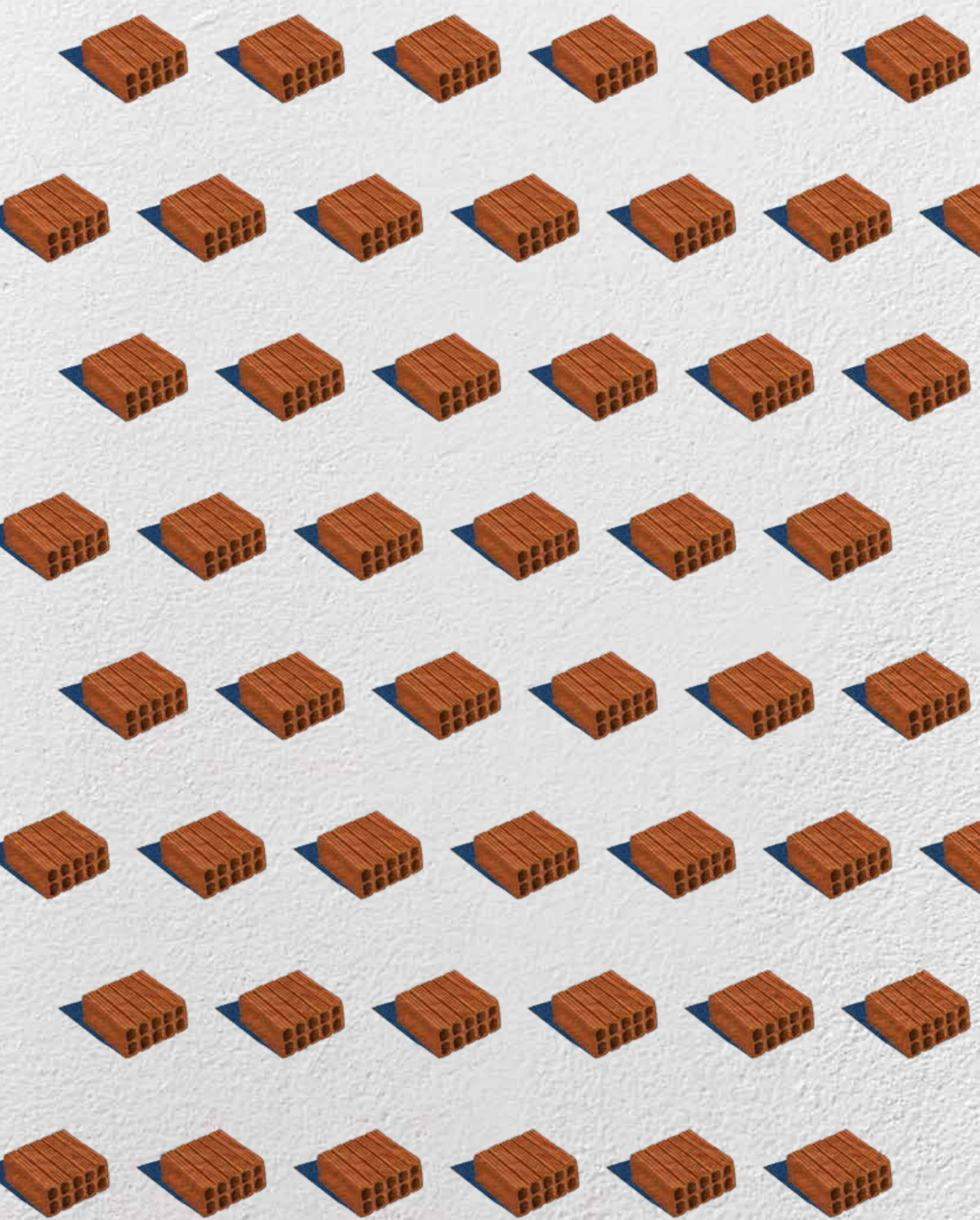


PELE ALVO

MORTES QUE
REVELAM UM
PADRÃO

Novembro de 2024





Pele Alvo é uma publicação anual da Rede de Observatórios, cujo título faz referência à música Ismália, de Emicida. A ilustração da capa foi feita pelo artista @alb.art para o single "Bola de Ouro - Remix", do artista Fino.



Tá lá mais um corpo estendido no chão
Tiros acidentais, tiros intencionais
Mortes que revelam um padrão
Vítimas fatais desde a época da escravidão

Contrariando as estatísticas eu continuo vivo
No exame da balística o corpo parece comigo
O Estado e sua mística: o giroflex anuncia o perigo
Minha aparência física, eu na rua e meu barraco apreensivo

No centro da cidade confundido com ladrão
Minha vaidade é minha prata no cordão
Esse não chega a minha idade, vai morrer no camburão
A polícia é sua letalidade, veja os dados da equação

Segue o mesmo padrão desde os tempos da colonização
O alvo nas minhas costas e o Estado de arma na mão
Vários iguais a mim se vão e hoje nem é dia de operação
Mais uma mãe, será mais um choro em vão?

Mães da quebrada que se apegam na fé
Luto que a luta não nos deixa esquecer
Velórios que a gente sabe de quem é
E os meus só sonhando em vê o sol mais um dia nascer

Já entendi porque nossa cor se torna alvo
Quanto mais retinto não estaremos a salvo
Sobrevivemos em terrenos adubados por guerra
E essa bala que cala nunca nos erra

Sempre ferra, traz luto, dor e mágoa
O resto do mundo é óleo e os pretinho água?
Pouca mistura! Tipo noiz e a viatura
Continuam a captura e nosso escudo é a cultura

Hip Hop, Black Block, entrincheirado e disposto
Ninguém recua, a gente atua na rua e não entrega o posto
Pelas vítimas que não estão mais entre nós
Seguimos unidos reverberando a voz

Há quem me repele pela cor da pele
Assuma seu racismo, racista, chancele
E no IML, quantos corpos negros com projétil branco?
Financiado pelo Estado, né? Sejam os Francos

*Trecho da música Mística estatal
Mano Magrão (rapper maranhense) e Diego 157 (rapper baiano)*

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Um projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Coordenação do CESeC

Julita Lemgruber

Pablo Nunes

Silvia Ramos

Coordenação Adjunta

Mariana Siracusa

EQUIPE DA REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA

Coordenadora geral

Silvia Ramos

Coordenador de projeto

Pablo Nunes

Coordenador de pesquisa

Jonas Pacheco

Articuladora e pesquisadora

Bruna Sotero

Coordenador de comunicação

Wellerson Soares

Assistente de comunicação

Nathália da Silva

Coordenador de Design

Renato Cafuzo

Assistente de Design

Fabiano Ferreira

Gerente

Ana Paula Andrade

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA AMAZONAS

Fabio Candotti

Tayná Boaes

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA BAHIA

Ana Carolina Santos

Ana Paula Rosário

Dudu Ribeiro

Larissa Neves

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA CEARÁ

César Barreira

Fernanda Naiara da Frota Lobato

Luiz Fábio Paiva

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA MARANHÃO

Kassione Luz

Luiz Eduardo Lopes Silva

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PARÁ

Aiala Colares Oliveira Couto

Lucas Moraes

Thiago Alan Guedes Sabino

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PERNAMBUCO

Dália Celeste

Deila Martins

Edna Jatobá

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PIAUÍ

Elton Guilherme

Lila Cristina Xavier Luz

Marcondes Brito da Costa

Maria D'alva Macedo Ferreira

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA RIO DE JANEIRO

Bruna Sotero

Jonas Pacheco

Pablo Nunes

Silvia Ramos

OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA SÃO PAULO

Bruno Paes Manso

Francine Ribeiro

ORGANIZAÇÕES FORMADORAS DA REDE

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Grupo de pesquisa ILHARGAS

Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNP)

Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)

Instituto Mãe Crioula

Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC)

Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)

Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC/UFPI)

Rede de Estudos Periféricos (REP UFMA/IFMA)

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL NESTA EDIÇÃO

Aristênio dos Santos

Mano Magrão

Michael França

Albarte

FALE COM A GENTE

contatorede@cesecseguranca.com.br

Facebook:@rededeobservatorios

Instagram:@rededeobservatorios

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213 (SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Pele alvo [livro eletrônico]: mortes que revelam um padrão / Silvia Ramos...[et al.] ;

ilustração Albarte. – Rio de Janeiro : CESeC, 2024.

Vários autores: Aristênio dos Santos, Michael França, Magrão, Diego, Fabio Candotti, Tayná Boaes, Dudu Ribeiro, Larissa Neves, Ana Carolina Santos, Ana Paula Rosário, Luiz Fabio Paiva, César Barreira, Fernanda Naiara Lobato, Kassione Luz, Luiz Eduardo Silva, Aiala O. Couto, Lucas Moraes, Thiago Sabino, Dália Celeste, Deila Martins, Edna Jatobá, Elton Guilherme Silva, Lila Xavier, Marcondes Brito, Maria Dalva Ferreira, Bruna Sotero, Jonas Pacheco, Nathália da Silva, Pablo Nunes, Renato Cafuzo, Wellerson Soares, Bruno Paes Manso, Francine Ribeiro

Formato: PDF

ISBN: 978-85-5969-049-1

1. Racismo. 2. Polícia. 3. Violência. 4. Segurança pública. I. Ramos, Silvia.

II. Albarte. III. Título.

CDD-305.8

Índice para catálogo sistemático:

1. Racismo : Polícia 305.8



Letalidade à sombra da Lei

Das diversas dinâmicas que evidenciam o racismo que estrutura a sociedade brasileira, as mortes decorrentes de intervenção do Estado destacam a sua face mais perversa. Policiais que deveriam garantir direitos, são postos a serviço de políticas de enfrentamento bélico, sob a justificativa de repressão ao tráfico de drogas e redução da criminalidade. Como resultado, a morte da população negra, cotidianamente em condições de vulnerabilidade.

Em mais um *Pele Alvo*, a operacionalidade do racismo vem à tona diante dos números de mortes decorrentes. Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) junto às Secretarias de Segurança Pública e órgãos correlatos, mostram a persistência do problema: negros representam 87,8% das 4.025 vítimas que têm informação sobre raça e cor – foram 3.169 com esses registros e destes 2.782 pessoas eram negras. Ou seja, a cada quatro horas uma pessoa negra foi morta pela polícia.

Nesta quinta edição, o Amazonas passa a integrar a Rede de Observatórios da Segurança. Somado aos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo, totalizam nove representantes monitorados entre as regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

Ao observarmos as informações obtidas pela Rede de Observatórios nessas unidades federais, destacam-se alguns pontos: a Bahia chama novamente atenção. De 2019 – ano do primeiro relatório – a 2023, o estado teve um aumento de 161,8% nas mortes decorrentes, saltando de 650 para alarmantes 1.702 vítimas. Pelo segundo ano consecutivo, supera o Rio de Janeiro, que historicamente se destaca pela alta letalidade policial.

O estado fluminense fechou 2023 com uma redução de 34,5%, ainda que comandado por um governo que tem como plataforma política a repressão violenta à criminalidade. Contudo, esforços como

a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, pressões do governo federal e a repercussão negativa das constantes mortes de inocentes podem ser destacadas para que o ano tenha se encerrado com 871 casos, reduzindo, após anos, o patamar dos mais de mil óbitos.

São Paulo e Pará totalizaram 510 e 530 mortes, respectivamente. Números próximos, porém, sob conjunturas criminais bem distintas. Primeiramente, vale destacar que São Paulo tem uma população cinco vezes maior que a do Pará. Ou seja, embora a quantidade de vítimas seja aproximada, a realidade do Pará choca pela distribuição populacional. Segundo, o estado paraense se insere num contexto de expansão de grupos criminais ligados ao tráfico de drogas e crimes socioambientais, que afetam diretamente o cotidiano de povos tradicionais.

O estado paulista, por sua vez, passou por uma considerável mudança na segurança pública. Anteriormente destacado pelos esforços na redução das mortes cometidas por policiais, 2023 marcou o primeiro ano do novo governo estadual, que além de endossar o uso da violência como política, mudou o perfil da gestão da secretaria e reduziu os investimentos nas *bodycams* (item fortemente defendido como mecanismo de redução). A consequência disso foi um aumento de 21,7%.

Amazonas, Ceará, Maranhão e Piauí foram estados que apresentaram redução de 40,4%, 3,3%, 32,6% e 30,8% respectivamente. Espera-se que tais diminuições sejam acompanhadas de iniciativas capazes de manter a redução ao longo do tempo e não se confirme como mera variação ocasional.

Pernambuco apresentou o maior aumento de pessoas mortas pelas polícias. O estado saiu de 91 vítimas em 2022 para 117 em 2023, um incremento de 28,6%. Esses números podem ser vistos detalhadamente na tabela a seguir.

**Tabela 1 - Número de mortes decorrentes da intervenção de agentes do Estado - por raça ou cor - estados monitorados pela Rede de Observatórios - 2023**

RAÇA/COR	AM	BA	CE	MA	PA	PE	PI	RJ	SP	TOTAL
BRANCA	2	71	6	2	20	5	7	103	163	379
INDÍGENA	0	3	0	0	1	0	0	1	0	5
OUTRA	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
AMARELA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
NI*	32	306	94	42	277	2	0	77	26	856
PRETA	1	241	43	2	188	9	19	214	57	774
PARDA	24	1.080	4	14	44	101	1	476	264	2.008
NEGRA**	25	1.321	47	16	232	110	20	690	321	2.782
TOTAL GERAL***	59	1.702	147	62	530	117	27	871	510	4.025

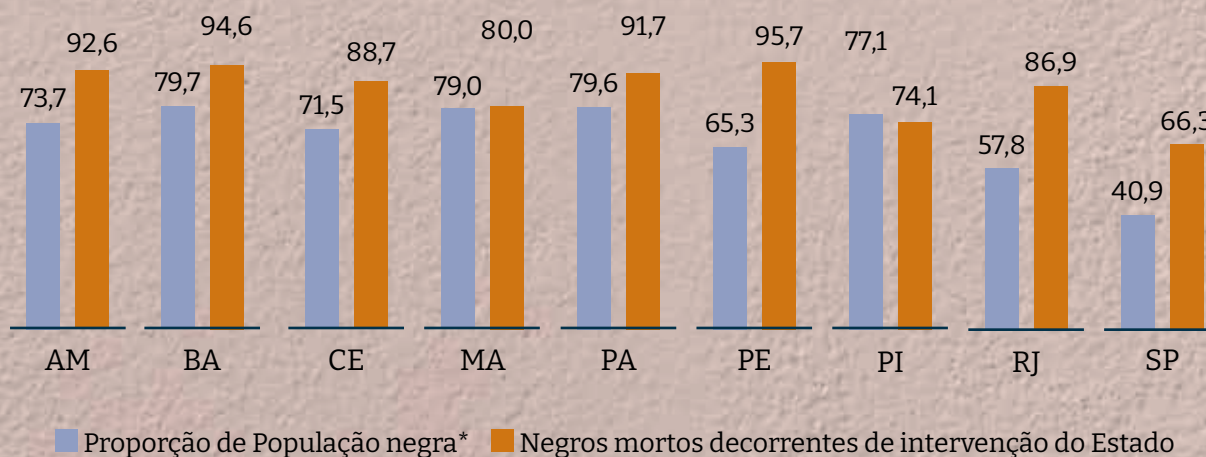
Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança, com base nas informações das secretarias estaduais de segurança pública

*NI refere-se a não informados / **Somatório de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) / ***Não contabiliza a categoria negra

Por fim, também chamou atenção que 243 pessoas mortas pelas polícias eram crianças e adolescentes de 12 a 17 anos. O Rio de Janeiro chegou a registrar uma vítima de 0 a 11 anos. Isso mostra como as políticas de segurança empregadas desconsideram os efeitos perversos a que estão suscetíveis, pautando-se somente no número de apreensões e prisões, desconsiderando o direito e preservação da vida.

O objetivo desse relatório não é somente mostrar números, aumentos e reduções, mas sim destacar como as políticas de segurança adotadas nos estados tiram vidas, traumatizam famílias e interrompem histórias. E o perfil desses alvos é bem nítido: os negros.

A partir do gráfico abaixo é possível comparar a proporção de negros na população dos estados com o percentual de negros mortos. Algumas conclusões podem ser feitas: o discurso de que negros são mais vitimados por serem a maior parte dos cidadãos é uma falácia, pois os números mostram que a proporção de negros mortos pela polícia é muito maior em relação ao total da população negra; comparando as barras laranja e azul, os estados que apresentam uma diferença mais acentuada têm uma desproporção maior. Dessa forma destacam-se Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Inclusive, o estado nordestino apresentou a maior proporção de negros vitimados: 95,7%.

Proporção de população negra e proporção de mortes de pessoas negras decorrentes da intervenção do Estado - estados monitorados pela Rede de Observatórios (em %)

Fontes: SSP-BA, SSPDS-CE, SSP-MA, SEGUP-PA, SDS-PE, SSP-PL ISP-RJ, SSP-SP | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

*Somatório de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

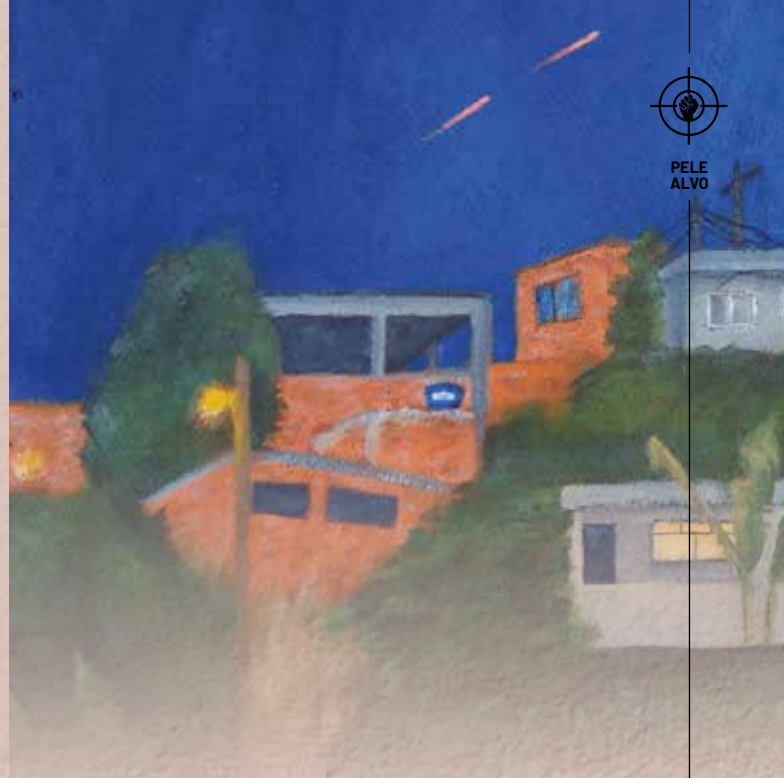
Dados e transparência

Pela primeira vez, desde que a Rede de Observatórios passou a divulgar o *Pele Alvo*, todos os estados responderam às solicitações via Lei de Acesso à Informação no prazo determinado pela legislação. Estados como Piauí e Bahia, que em anos anteriores não respeitaram o limite de tempo e os formatos solicitados, mostraram uma melhora nesses quesitos.

Outro ponto a ser destacado é a qualidade dos dados. O Maranhão disponibilizou informações de raça e cor das vítimas, o que ainda não havia acontecido desde o ingresso do estado na Rede, em 2021. Porém, é importante destacar que o estado ainda tem 67,7% de vítimas sem identificação de raça e cor. O Ceará, que sempre ficou próximo dos 70,0% de “não informados”, este ano tem 63,9%. Além desses dois exemplos, os demais estados também apresentaram uma melhoria nas informações, com diminuição dos casos sem informação, seja por cor e raça, idade ou município.

Cabe enfatizar a importância da transparência e disponibilização de dados de qualidade para bons diagnósticos. Tomando o Ceará como exemplo, o aumento das informações de raça ou cor fez com que o estado saísse de 1,3% de pretos em 2022, para 29,3%. Descartando os “não informados” e considerando somente as vítimas com informação, o salto é ainda maior: se em 2022 foram 80,4% de vítimas negras, 2023 totalizou 88,7%. Ou seja, a melhora dos dados desnuda ainda mais as realidades antes encobertas pela falta de transparência.

Finalmente, a diminuição dos “não informados” nos dados de idade coloca de vez o problema do racismo contra a juventude negra no centro do problema. Comparando as informações dos estados, ficou confirmada uma concentração ainda maior na faixa etária de 18 a 29 anos. Mesmo que essa faixa de idade já concentrasse a maioria das vítimas, o quadro brutal sobre os jovens fica mais escancarado quando os “não informados” passam a ser qualificados. Por exemplo, em 2022, metade das vítimas (50,4%) do Rio de Janeiro não tinham informação de idade e 36,2% tinham de 18 a 29 anos. Em 2023, os “não informados” caíram para 39,8% e, por consequência, o grupo passou a representar 40,4%.



Diante desse quadro de extrema vulnerabilização da juventude negra, a operacionalidade do racismo se reafirma. Um sistema de hierarquização social em que classe, origem familiar, território e prestígio são a base da dicotomia brancos/negros ou elite/povo, que faz questão de ocultar qualquer tentativa de racialização.

No campo da segurança, essa dinâmica pode ser vista na invisibilização da raça no debate, ancorando-se na verbosidade técnica do sistema de justiça, afastando o componente político e de poder envolvido nessa equação.

Além disso, não há no Sistema de Justiça Criminal uma noção que tome a segurança pública como um direito coletivo e não mero exercício de punição individual. Por exemplo, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, do Ministério da Saúde, a Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a Lei 12.288 (Estatuto da Igualdade Racial) são iniciativas e políticas voltadas diretamente à população negra. No campo da segurança pública, porém, essa realidade ainda não se faz presente.

Dessa forma, a Rede de Observatórios reafirma seu compromisso com a geração de dados e a produção de conhecimento que busquem fomentar o debate público acerca do racismo na segurança, bem como na defesa dos direitos humanos. Algumas conquistas foram alcançadas, mas nem de longe atenuam as condições adversas as quais os negros são submetidos pelas forças e políticas de segurança.





Racismo à Queima-Roupa: quando a cor é o alvo da violência policial

Aristênio Gomes dos Santos

Mestrando História/UERJ, cofundador e coordenador da org. Movimentos, pesquisador em Segurança Pública da Redes da Maré

No sábado, 12 de agosto de 2023, Eloah Passos da Silva, de apenas 5 anos, estava brincando em seu quarto no Morro do Dendê, na Ilha do Governador (RJ), quando foi atingida por um tiro no peito. A menina perdeu a vida durante uma incursão policial na favela, realizada com o objetivo de conter um protesto que havia eclodido após a morte de Wendel Eduardo de Almeida, de 17 anos, também assassinado no mesmo dia. Wendel foi alvejado no peito e na mão, a curta distância, por policiais militares, assim como Thiago, outro jovem morto nesta mesma ação.

Esse evento trágico evidencia o impacto brutal da violência policial nas favelas do Rio de Janeiro, onde a vida de crianças e adolescentes segue sendo interrompida por operações repressivas, marcadas pelo uso desproporcional da força. O que faz com que a morte de uma pessoa não cause indignação em nossa sociedade? Como a morte de uma criança não comove, não revolta e não gera inúmeros protestos em nossas ruas? Para não dizer que não, os protestos acontecem, sim. São compostos por familiares, amigos e moradores das favelas e periferias onde as vítimas foram assassinadas. De forma isolada e sem participação da sociedade, pois quase ninguém vai às favelas protestar por um corpo preto, ainda que seja uma criança. Uma criança, certo?!

Sim, o Brasil é racista. A abolição da escravidão em 1888, longe de representar uma ruptura, manteve intacta a estrutura social e econômica que sempre relegou o negro a uma posição subalterna e marginalizada, fazendo sua vida valer menos ou nada. Essa continuidade não foi um acidente histórico, mas um projeto deliberado de exclusão. A mentalidade que não se ofendia ao ver um corpo negro maltratado e morto em 1850 é a mesma que fica calada – ou apoia – em situações semelhantes em 2024.

O Brasil recebeu cerca de 40% das 12,5 milhões de pessoas brutalmente trazidas do continente africano às Américas para serem escravizadas. Nosso país tem a maior população negra fora de África e a segunda maior do mundo, ficando atrás apenas

da Nigéria. Essa significativa presença é resultado de quase quatro séculos de escravidão e tráfico negreiro. Segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, 10,2% da população brasileira se declarou preta. Salvador, capital da Bahia, é considerada a cidade mais negra fora de África. De acordo com um estudo de universidades brasileiras, 50,8% da ancestralidade da população soteropolitana é africana.

O Brasil é africano, mas não apenas. Como vocês sabem, nunca vivemos em uma democracia racial por aqui, mas sim em um apartheid. A construção social da branquitude no Brasil implicou uma posição de universalidade que historicamente subjugou e marginalizou outras raças. Indígenas e negros nunca tiveram vez por aqui. A transição do governo imperial para o republicano alterou quem sentaria na cadeira do salão central, mas nada modificou para aqueles que nunca poderiam, sequer, entrar no salão. A República é uma bicicleta velha pintada de verde e amarelo dada para outro se dizer dono.

Neste relatório, os estados do Rio de Janeiro e da Bahia apresentam os maiores índices de letalidade policial contra a população preta e parda. Essa realidade, além de alarmante em sua gravidade atual, está profundamente conectada ao passado escravista do Brasil. Salvador e Rio de Janeiro, as duas capitais do país até 1960, foram os portos que mais receberam africanos escravizados durante o legalizado tráfico transatlântico. Essa “coincidência” histórica não é casual, ela revela como o legado da escravidão ainda molda o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira contemporânea. No passado, por serem capitais, eram pioneiras nos mecanismos de controle social sobre os corpos negros, do etnocídio causado pela imposição cultural à imposição da morte, resultado do desvalor e da exploração.

A violência policial desproporcional contra negros nos estados do Rio de Janeiro e da Bahia reflete essa mesma estrutura, sendo umas das principais instituições do Estado na manutenção de uma lógica de controle e exclusão racial. Assim



como o trabalho escravizado foi crucial para a construção da riqueza e da estrutura de poder no Brasil, o racismo institucional e a violência do Estado continuam a sustentar essa hierarquia social, perpetuando a exploração, a criminalização e a morte da população negra.

A polícia não existe para combater a violência. Historicamente, no país, tem origem em 1809 e foi criada para garantir a “ordem pública e segurança” após a chegada da Família Real Portuguesa e sua corte. Nasce assim a instituição que garantiria a ordem no processo de exploração dos corpos negros por gente branca, bem como a segurança desses em detrimento daqueles.

Hoje, em um país que se pretende uma nação de castas estruturadas pela desigualdade, a polícia ainda cumpre a função principal de proteger os brancos, suas propriedades e as riquezas oriundas do seu não-trabalho. Ao mesmo tempo, mantém os pobres e pretos marginalizados e explorados, trabalhando 40h semanais ou mais por R\$1.412,00, o que representa cerca de R\$9 por hora de trabalho. Isso quando existe trabalho formal, pois muitos são modernos trabalhadores do ganho. Se quem comanda e sustenta essa estrutura deve ser chamado de elite, então, essa é a elite do que há de pior em nossa sociedade.

Dados deste relatório revelam um quadro alarmante de violência policial no Brasil, em que se destaca o impacto desproporcional sobre as populações pretas e pardas (negros) em 2023. Como mencionado anteriormente, a Bahia e o Rio de Janeiro concentram os maiores números absolutos de vítimas negras em intervenções policiais monitoradas pela Rede de Observatórios. Na Bahia, 1.321 vítimas negras representam 47,4% do total de vítimas negras nos nove estados monitorados. No Rio de Janeiro, foram registradas 690 vítimas negras, o segundo maior número absoluto. Juntas, as vítimas negras desses estados somam aproximadamente 72,2% das mortes decorrentes de intervenção do Estado registradas nas unidades federativas monitoradas, reforçando a magnitude do problema.

Comparativamente, os dois estados não apenas apresentam os maiores números de vítimas negras, mas também uma distribuição que reflete padrões históricos e estruturais de racismo e violência institucional. Essa realidade aponta para a necessidade urgente de políticas públicas que visem reduzir a violência policial e proteger a população negra, desproporcionalmente afetada pelas práticas de segurança pública no Brasil.

Na Bahia, a população negra representa 79,7% do total, o maior percentual entre os estados monitorados. No Rio de Janeiro, a população negra representa 57,8% do total. A correlação entre a predominância de uma população negra e a alta incidência de violência policial nos estados citados é evidente.

Um amigo de Salvador, também defensor dos direitos humanos, um dia me contou que, nas abordagens policiais que acontecem por lá com pessoas negras e pobres, a polícia costuma pedir a “carta de alforria”, referindo-se à carteira de identidade

ou de trabalho. Fiquei enojado, mas não surpreso. Como historiador, me interessam as rupturas, mas sou fascinado em entender o que permanece. Nesse sentido, gostaria de dividir com vocês um segredo, que já venho tentando contar ao longo das

linhas acima: a estrutura escravista permanece. Alguns sabem, pois vivem sob ela. Outros desconhecem, acreditam viver em uma democracia em disputa. Mas sim, continuemos a disputar!

Carregamos vermes do período colonial, que foram abundantemente alimentados à base de violência nas ditaduras militares e golpes civis à direita, e hoje traçam as vidas indesejáveis. Quanto mais preto e pobre, mais indesejável, menos valor. As instituições do Estado são treinadas para não esquecer nossa estrutura colonialista e fazer acontecer a violência.

Eliana Sousa, uma liderança do Conjunto de Favelas da Maré, em seu livro “Testemunhos da Maré”, nos provoca a refletir sobre como a Polícia Militar do Rio de Janeiro percebe a população favelada, ao citar as frases cantadas pelos agentes do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) durante exercícios de treinamento. Essas letras revelam a brutalidade e o preconceito, presentes na cultura

CARREGAMOS VERMES DO
PERÍODO COLONIAL, QUE FORAM
ABUNDANTEMENTE ALIMENTADOS À
BASE DE VIOLÊNCIA NAS DITADURAS
MILITARES E GOLPES CIVIS À DIREITA,
E HOJE TRAÇAM AS VIDAS INDESEJÁVEIS.
QUANTO MAIS PRETO E POBRE, MAIS
INDESEJÁVEL, MENOS VALOR



da instituição: *“O interrogatório é muito fácil de fazer / Pega o favelado e dá porrada até doer / O interrogatório é muito fácil de acabar / Pega o favelado e dá até matar / Bandido favelado / não se varre com vassoura / se varre com granada / com fuzil, metralhadora”.*

Enquanto escrevo este texto, está em curso a 37ª operação policial na Maré de 2024, o que significa mais de uma operação por semana. Acabo de saber que três pessoas foram mortas, outras estão sendo torturadas nas ruas e casas estão sendo invadidas e violadas. Mais ainda, estão sendo destruídas como parte da “revista do local”, que se dá em forma de “esculacho”. Tudo aquilo comprado com muita dificuldade é destruído de uma hora para outra. Até na favela, quanto mais pobre você for, assim como sua casa e aspectos que possam ser lidos imediatamente por quem te olha como despossuído de direitos, mais violado você é. O mesmo se dá tendo em conta a questão racial, de gênero, etc. No entanto, o fato de possuir bens e uma casa bonita, minimamente organizada, também não garante respeito, mas antes, a suspeita de envolvimento em atos ilícitos.

As favelas e periferias são criminalizadas e cotidianamente violentadas porque são territórios negros e de gente pobre. Você tem alguma dúvida de que nos querem senzala? Na minha profissão rejeitamos fortemente anacronismos, ainda que no sentido inverso. Mas é evidente que o formato, as relações de trabalho e tudo que organiza a vida está profundamente conectado com o crime humanitário da escravidão e a estruturação das mentalidades racistas em nossa sociedade. Além da morte diretamente causada pela violência armada, a população negra e pobre é a que menos goza dos serviços públicos, acesso pleno à cidade e ao lazer, resultando em uma baixa qualidade de vida, saúde física e mental.

Um novo relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades, apresentado em agosto de 2024 pelo Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, revela que cerca de 50% das mortes de homens negros no Brasil poderiam ser evitadas com políticas públicas adequadas, como o acesso ampliado à vacinação e aos serviços de saúde. A cor também é alvo na saúde. A cor é alvo na educação e nos mercados de emprego. A cor é alvo nos tribunais, universidades e telejornais. É alvo nas favelas, mas também nos ricos lugares. Alvo não importa onde esteja ou o que possua. A diferenciação de cor é uma culpa que o Brasil carrega, embora ninguém assuma.

Os trágicos eventos que resultaram nas mortes de Eloah Passos da Silva e Wendel Eduardo de Almeida, assim como de todas as vítimas da letalidade policial, evidenciam a continuidade de uma estrutura racista profundamente enraizada na sociedade brasileira. O assassinato de crianças e adolescentes negros, vítimas da brutalidade policial, reflete não apenas uma falha nas políticas de segurança pública, mas também a perpetuação de uma lógica histórica de controle e desvalorização da vida negra.

A inércia de parte da sociedade frente a essas mortes revela a persistência de uma mentalidade colonial que encara a morte de corpos negros com menor comoção. Não é surpresa que os protestos contra essas atrocidades partam, majoritariamente, de dentro das próprias favelas e periferias, enquanto a sociedade em geral permanece indiferente, demonstrando o isolamento imposto a esses territórios e a seus habitantes.

Mas nem todos estão parados, tem também muita gente fazendo o difícil trabalho de combater a violência. Aqui, deixo minha reverência e admiração às mães vítimas da violência policial, que incansavelmente lutam pela memória de seus filhos, por justiça e para que outras mães e familiares não sejam as próximas atingidas pela mira do Estado. Aos coletivos e organizações que fazem um trabalho incrível onde o soldo dos serviços públicos não toca. À sociedade civil organizada que se implica no combate a todo tipo de violência. Potencializem as periferias e as favelas deste país, pois o Estado não o faz. Sim, você, faça isso!

Para combater essa violência sistêmica, é essencial a participação de todos e, principalmente, daqueles que têm maiores acessos. É necessário pressionar para que se reconheça a profunda conexão entre o racismo estrutural e a violência de Estado, e sejam implementadas políticas públicas voltadas à proteção e à promoção da dignidade da população negra. Além de reformas no sistema de segurança pública, é imperativo ampliar o acesso a serviços de saúde, educação e oportunidades econômicas para negros e negras. Somente por meio de ações concretas e coletivas será possível romper o ciclo de violência e exclusão. Assim, possibilita-se construir um Brasil verdadeiramente democrático e igualitário, onde todas as vidas, independentemente da cor, tenham o mesmo valor e importância. O alvo não é alvo, nem o preto deveria ser.



Quem está apertando o gatilho?

Michael França

Doutor em teoria econômica e coordenador do Núcleo de Estudos Raciais do Insper.



Quando uma bala sai do cano de uma arma de fogo e atinge o corpo de mais um jovem nas periferias, a pergunta que devemos nos fazer não é apenas sobre quem puxou o gatilho, mas sobre quem construiu o enredo que permitiu que ele fosse puxado. E isso, prezadas leitoras e leitores, não é uma pergunta trivial.

Ao falarmos de justiça, não estamos falando apenas da violência que afeta desproporcionalmente uma parcela de nossa população. Não estamos falando só das leis em nossos livros ou das decisões em nossos tribunais. Estamos falando também de uma rede de vantagens e desvantagens que, por muito tempo, tem ditado nossas interações sociais.

Estamos falando de como olhamos para nossos jovens e o que esperamos deles de um sistema que, muitas vezes, os vê como ameaças em vez de promessas. Cabe a nós, como sociedade, como nação, decidir se vamos continuar a perpetuar um ciclo de violência e exclusão ou se vamos fazer o árduo trabalho de construir caminhos com melhores oportunidades para todos. Para isso, é preciso melhorar o entendimento de quem somos para definir quem pretendemos nos tornar.

Então, afinal, quem somos? Somos uma sociedade que sempre virou o rosto para a dor dos marginalizados e que negligenciou políticas públicas que resultassem em inclusão. Somos uma sociedade que construiu muros invisíveis e, às vezes, bem visíveis, que separam ricos dos pobres, negros dos brancos e o centro da periferia. Uma sociedade em que o destino de uma criança tende a ser decidido pelo local de nascimento.

Quando um jovem negro, um jovem pobre, é mais propenso a ver a grade de uma cela do que o portão de uma universidade, isso não é um acidente. Isso representa um fracasso moral de nossa sociedade. Quando vemos crianças crescendo sem esperança, sem perspectiva de um futuro melhor, não podemos nos enganar acreditando que esse é apenas o resultado das escolhas individuais. Não, isso é o resultado das escolhas coletivas. É o resultado de políticas que priorizam poucos sobre muitos.

Em nossa pressa para encontrar culpados, frequentemente culpamos as vítimas. Dizemos que é falta de esforço e vontade. Vemos a violência nas ruas e esquecemos a violência silenciosa da fome, do abandono e da falta de dignidade. Entretanto, o verdadeiro teste de uma sociedade está em como ela trata tanto os poderosos quanto os mais vulneráveis. E quando falhamos em cuidar dos mais vulneráveis e oferecemos demasiados privilégios aos poderosos, estamos falhando em ser a nação que aspiramos ser.



Como reagimos a esse fracasso coletivo? Continuaremos a perpetuar a injustiça ou seremos audaciosos o suficiente para reimaginar o Brasil como uma terra do progresso e da oportunidade? As respostas para essas perguntas são incômodas, pois exigem que tenhamos a coragem de olhar para o espelho e reconhecer que temos muito a melhorar. O que sabemos e o que a história nos mostra é que o progresso vem quando pessoas comuns se unem para exigir mudanças.

O progresso vem quando paramos de aceitar a natural reprodução do status quo e começamos a imaginar o que é possível. Ele vem quando deixamos de lado o cinismo e escolhemos a esperança. E, prezadas leitoras e leitores, não se enganem: essa escolha está diante de todos nós. Ela está aqui e agora.

A verdadeira mudança requer que cada um de nós se levante e diga: eu sou responsável. Eu sou parte dessa sociedade e não vou mais aceitar que ela trate alguns como menos dignos. Significa que precisamos reimaginar nossas políticas de segurança pública, educação e saúde. Porém, não como medidas isoladas, mas como parte de um todo que, junto, forma o tecido de nossa nação.

A verdadeira mudança está na definição de uma meta clara sobre o que pretendemos ser como país. Queremos que nossas favelas continuem sendo vistas como reflexo de abandono ou como fontes promissoras de futuros cientistas, presidentes, médicos ou outros profissionais? Queremos nos tornar uma sociedade que valoriza cada vida? Que reconhece que a dignidade não deve ser um privilégio de poucos? Uma sociedade em que as políticas não sejam apenas reativas, mas também preventivas?

Precisamos ter coragem não só para reimaginar nossas cidades, como também nosso próprio papel dentro delas. O futuro deste país não será construído apenas em intenções, mas também com ações. Para tornar o Brasil o país do futuro que sempre sonhou ser, precisamos encarar o presente e lidar com a violência que sufoca esse sonho. E, quando falamos de violência, reiteramos que não é apenas sobre o desfecho de mais um jovem pobre e negro morto em nossas ruas.

A violência começa muito antes do tiro ser disparado. É ela que se manifesta nas pequenas ações e omissões. Nas micro violências cotidianas que as histórias individuais de nossos jovens desfavorecidos vão sendo tecidas. É a escola que falta. A oportunidade que nunca chega. O olhar desconfiado no supermercado, o emprego negado sem explicação e o direito de sonhar que nunca é garantido.

Desse modo, quando uma bala sai do cano de uma arma e tira a vida de mais um jovem nas periferias, a pergunta que precisamos nos fazer não é apenas: Quem apertou o gatilho? Precisamos nos perguntar: Como chegamos aqui? Quem construiu o caminho que levou a esse momento trágico? E o que faremos como sociedade, hoje, para transformar nosso futuro? Porque essa não é uma responsabilidade que começa e termina com o indivíduo. Não é apenas uma questão de quem está de uniforme, ou sem ele, segurando uma arma e tomando a decisão de atirar.

A morte desses jovens é um reflexo das escolhas que todos nós, como sociedade, temos feito. Quando vemos um jovem ser abatido é fácil apontar o dedo. É fácil culpar o outro. Mas, se formos honestos, perceberemos que a responsabilidade é coletiva. Todos nós, de alguma forma, contribuímos para o ambiente onde vidas são perdidas, oportunidades são negadas, em que o valor de uma vida pesa menos dependendo do bairro onde se vive ou da cor da pele que se tem.

Quando falamos de responsabilidade, não estamos falando apenas de quem está no poder e de quem cria políticas públicas. Estamos falando de como cada um de nós, em nossas casas, em nossas escolas, em nossos bairros, reforça ou combate os estereótipos que desumanizam parte da nossa população. Estamos falando de como permitimos que as desigualdades se aprofundem e de como aceitamos passivamente sistemas deixarem tantos para trás.

Não devemos encarar apenas o passado como mais uma tragédia, mas focar no que podemos fazer hoje para mudar nossa história. Em vez de apenas aceitar o que o destino nos reserva, podemos moldá-lo com nossas próprias mãos para desfrutarmos de um novo amanhã.



MANAUS CONCENTRA QUASE METADE DAS MORTES; TODAS AS VÍTIMAS ERAM HOMENS

Os mais atingidos pela violência policial são homens jovens de 18 a 29 anos, sendo 92,6% negros (desconsiderando os casos não informados)

O Amazonas tem se destacado pela quantidade de mortes violentas. A divulgação desses dados tem alimentado narrativas sobre a ausência de forças de segurança pública no interior e nas fronteiras nacionais. Um imaginário que ignora a presença militar na formação do território amazonense.

Nos últimos anos, as mortes decorrentes da intervenção do Estado mudaram sua distribuição territorial: se em 2022, 61,6% ocorreram na capital, em 2023, 54,2% aconteceram nos municípios do interior. A mudança foi induzida, em grande medida, por eventos no município de Rio Preto da Eva. Com menos de 1% da população do estado, acumulou 15,3% das vítimas. Contrariando a narrativa dominante sobre o Amazonas, o município não está localizado na calha dos grandes rios e, portanto, fica fora da rota do tráfico de drogas.

Outra mudança importante, entre 2022 e 2023, foi a redução de 40,4% da letalidade policial. Trata-se de um evento que ainda precisa ser melhor

estudado. Chama atenção que tenha ocorrido sem a criação de qualquer política pública específica e justamente no ano em que o secretário de segurança pública foi alvo de investigação, acusado de envolvimento com o tráfico de drogas. É notável também o aumento de policiais acusados de participação no mesmo mercado.

Os mais atingidos pela violência policial são homens jovens de 18 a 29 anos, sendo 92,6% negros (desconsiderando os casos não informados). No entanto, a designação racial é insuficiente para entender a realidade étnico-racial do Amazonas. Dados do Censo 2022 indicaram que 12,5% da população se autodeclara indígena. É preciso compreender que a aplicação padrão de instrumentos de classificação racial invisibiliza essa população, enquadrada como parda em diversas bases de dados. Esse apagamento empobrece o debate público sobre violências e racismo e dificulta a elaboração de políticas públicas.

Proporção de
população negra*

73,7%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes
de intervenção do Estado

92,6%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

45,8%
das mortes
aconteceram em
Manaus

12
municípios do interior
concentraram 54,2%
das mortes

74,0%
vítimas na capital
eram negras

Número de mortes decorrentes da intervenção do Estado por faixa etária - Amazonas - 2023

FAIXA ETÁRIA	Nº VÍTIMAS	PROPORÇÃO
0 A 11 ANOS	0	0%
12 A 17 ANOS	2	3,4%
18 A 24 ANOS	23	39,0%
25 A 29 ANOS	16	27,1%
30 A 34 ANOS	7	11,9%
35 A 64 ANOS	1	1,7%
NÃO INFORMADO	10	16,9%
TOTAL	59	100,0%

Fonte: SSP-AM | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking dos seis municípios com mais mortes decorrentes da intervenção do Estado por cor ou raça - Amazonas

MUNICÍPIOS	BRANCA	PRETA	PARDA	NEGRA*	NÃO INFORMADO	TOTAL GERAL
MANAUS	1	1	19	20	6	27
RIO PRETO DA EVA	0	0	3	3	6	9
COARI	0	0	0	0	5	5
BOCA DO ACRE	0	0	0	0	3	3
MANICORE	0	0	0	0	3	3
IPIXUNA	0	0	0	0	2	2

Fonte: SSP- AM | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança
*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



PELE
ALVO

BAHIA

BAHIA FOI ÚNICO ESTADO A REGISTRAR MAIS DE MIL MORTES

Os movimentos de favela surgem com o fortalecimento cultural, formando parcerias com outras organizações

A Bahia enfrenta um aumento alarmante na violência urbana e na letalidade policial. Em 2023, abrigou cinco das dez cidades em que a polícia mais matou no Brasil e, pelo segundo ano consecutivo, lidera o ranking dos estados que compõem a Rede de Observatórios no número de mortes decorrentes da intervenção do Estado. Mesmo com a continuidade de um governo progressista, são inúmeros os questionamentos sobre a eficácia das políticas de segurança pública adotadas até aqui.

Acima das mil mortes, com 94,6% de vítimas negras e 99,5% masculinas, a Bahia registrou 62,0% na faixa de 18 a 29 anos. Essa disparidade revela que, apesar das propostas baseadas em ideologias de justiça social, o governo do estado ainda não conseguiu reverter a aplicação de violência letal, sobretudo em regiões consideradas favelas.

As políticas de segurança seguem falhando na aplicação de mudanças estruturais na prática e na atuação policial de maneira efetiva, desconsiderando as desigualdades raciais.

Diante do cenário, pessoas negras, especialmente a juventude, têm buscado suprir a ausência do Estado na garantia de sobrevivência e melhores condições. Os movimentos de favela surgem com o fortalecimento cultural, formando parcerias com outras organizações. São ações para potencializar o pertencimento territorial, a autoestima e também fortalecer a interação comunitária e o direito à vida.

Mesmo com a violência policial e urbana ainda constante nas vivências e relações sociais dos jovens periféricos baianos, essas iniciativas ajudam a criar espaços de resistência, expressão e construção coletiva de alternativas para enfrentar as vulnerabilidades e promover dignidade e bem viver em comunidades violentadas.

Proporção de
população negra*

79,7%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes
de intervenção do Estado

94,6%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

Uma vítima negra
a cada
7 HORAS

1.694
dos mortos eram
homens

62,0%
tinham de
18 a 29 anos

Número e proporção de mortes decorrentes da intervenção do Estado por faixa etária - Bahia - 2023

FAIXA ETÁRIA	Nº DE VÍTIMAS	PROPORÇÃO
0 A 11 ANOS	0	0,0%
12 A 17 ANOS	102	6,0%
18 A 29 ANOS	1.056	62,0%
30 A 39 ANOS	237	13,9%
40 A 59 ANOS	80	4,7%
60 ANOS OU MAIS	1	0,1%
NÃO INFORMADO	226	13,3%
TOTAL	1.702	100,0%

Fonte: SSP-BA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking dos seis municípios com mais mortes decorrentes da intervenção do Estado por cor ou raça - Bahia

MUNICÍPIO	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PRETA	PARDA	NEGRA*	NÃO INFORMADO	TOTAL GERAL
SALVADOR	0	33	1	122	290	412	12	458
FEIRA DE SANTANA	0	2	1	4	69	73	2	78
JEQUIE	0	1	0	4	50	54	19	74
EUNAPOLIS	0	3	0	2	16	18	12	33
CAMAÇARI	0	3	0	6	19	25	4	32
PORTO SEGURO	0	0	0	4	11	15	14	29

Fonte: SSP- AM | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança
*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



PELE
ALVO



CEARÁ

CERCA DE 80% DAS VÍTIMAS NO CEARÁ ERAM JOVENS DE 12 A 29 ANOS

Há uma contradição em querer enfrentar a violação de direitos da população cearense e não alterar a realidade de mortes decorrentes da intervenção do Estado

“Ó os homi!”, disse o homem jovem, de 20 anos, preto, no Ceará. Ouviu a família, a menina, a vizinha e a favela em mais uma visita do zebra. O medo atinge de forma desigual a população, escancarando uma ação policial ancorada na política de segurança pública que negligencia os dados e justifica a letalidade como controle dos territórios. E nesse contexto, é a população negra, sobretudo os jovens, de 18 a 29 anos, os mais vitimados. Mesmo com o percentual significativo de 63,9% das vítimas sem informação de raça/cor, 88,7% das pessoas com esse dado eram negras.

O descaso com a juventude negra parece fazer parte do plano de governo. Promessas de preservação à vida são feitas, não cumpridas, e a contrapartida é fortalecer dinâmicas que se contrapõem à proposta de segurança comunitária.

Enquanto isso, jovens periféricos tentam construir estratégias criativas de manutenção e valorização da vida de forma independente. Mas não sem enfrentar as balas da polícia. E sem apoio do Estado, que emite nota de esclarecimento corroborando ação violenta e tratando como caso isolado. Assim, o número de pessoas negras vitimadas pela letalidade policial foi oito vezes maior do que de pessoas brancas.

As 147 mortes no Ceará devem ser mais do que suficientes para o governo do estado rever sua responsabilidade e refazer os planos a partir do compromisso com a prevenção. Cabe também ao Ministério Público fiscalizar e cobrar a mudança dessa realidade que perdura. Há uma contradição em querer enfrentar a violação de direitos da população cearense e não alterar a realidade de mortes decorrentes da intervenção do Estado, principalmente em relação à juventude negra. Os dados de 2023 apresentam variação, mas não a diminuição da política ostensiva e letal que atinge as periferias.

Proporção de
população negra*

71,5%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes
de intervenção do Estado

88,7%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



Número e proporção de mortes decorrentes da intervenção do Estado por faixa etária - Ceará - 2023

FAIXA ETÁRIA	Nº DE VÍTIMAS	PROPORÇÃO
0 A 11 ANOS	0	0,0%
12 A 17 ANOS	15	10,2%
18 A 29 ANOS	102	69,4%
30 A 39 ANOS	25	17,0%
40 A 59 ANOS	2	1,4%
60 ANOS OU MAIS	1	0,7%
NÃO INFORMADO	2	1,4%
TOTAL	147	100,0%

Fonte: SSPDS-CE | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking dos seis municípios com mais mortes decorrentes da intervenção do Estado por cor ou raça - Ceará

MUNICÍPIOS	BRANCA	PARDA	PRETA	NEGRA*	NÃO INFORMADO	TOTAL GERAL
FORTALEZA	1	6	1	7	22	30
JUAZEIRO DO NORTE	0	2	0	2	7	9
MORADA NOVA	1	0	0	0	7	8
ICAPUÍ	0	2	0	2	4	6
AMONTADA	0	2	0	2	3	5
CASCADEL	0	3	0	3	1	4

Fonte: SSPDS-CE | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



PELE
ALVO

MARANHÃO

MARANHÃO FORNECEU DADOS RACIAIS PELA PRIMEIRA VEZ

É preciso aperfeiçoar o registro e a transparência dos dados

Após anos de omissão dos dados de raça e cor, pela primeira vez desde que o Maranhão passou a fazer parte da Rede de Observatórios, em 2021, o estado forneceu essas informações sobre as vítimas de mortes decorrentes de intervenção do Estado. Um avanço importante no monitoramento de práticas policiais.

Até aqui, a negligência impossibilitava uma análise precisa e detalhada do impacto das ações policiais sobre diferentes grupos étnico-raciais. Mas, apesar do progresso, a qualidade das informações ainda é insuficiente, já que 67,7% das vítimas continuam com raça/cor não informada. É preciso aperfeiçoar o registro e a transparência dos dados.

Se considerarmos apenas as vítimas com essa informação, a proporção de população negra do estado e o percentual de negros mortos pela

policia é praticamente a mesma: 79,0% e 80,0%, respectivamente. A maioria é jovem: 54,9% tinham entre 12 e 29 anos.

Para o governo do estado, a solução para a segurança pública passa pelo aumento do efetivo policial e pela intensificação de operações contra o tráfico de drogas e de armas. No entanto, essas medidas têm vitimado principalmente negros, levantando questionamentos sobre o real efeito dessas políticas na proteção da população mais vulnerável.

A capital São Luís concentrou mais vítimas (11,3%), mas a ausência de dados detalhados sobre outros municípios dificulta uma análise mais abrangente e impede que se compreenda completamente o impacto das ações policiais em diferentes locais. Por isso, enfatizamos a necessidade de aprimoramento na coleta e na divulgação dos dados. Com informações completas, será possível desenvolver políticas de segurança mais justas e eficazes, que respeitem os direitos humanos.

Proporção de
população negra*

79,0%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes
de intervenção do Estado

80,0%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

1 VÍTIMA
a cada seis dias

88,7%
das mortes estão
distribuídas entre 36
municípios

5 DAS 7
mortes na capital não
informam raça ou cor

Número e proporção de mortes decorrentes da intervenção do Estado por faixa etária - Maranhão - 2023

FAIXA ETÁRIA	Nº DE VÍTIMAS	PROPORÇÃO
0 A 11 ANOS	0	0,0%
12 A 17 ANOS	6	9,7%
18 A 29 ANOS	28	45,2%
30 A 39 ANOS	14	22,6%
40 A 59 ANOS	6	9,7%
60 ANOS OU MAIS	2	3,2%
NÃO INFORMADO	6	9,7%
TOTAL	62	100,0%

Fonte: SSP-MA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking dos seis municípios com mais mortes decorrentes da intervenção do Estado - Maranhão

MUNICÍPIOS	BRANCA	OUTRA	PRETA	PARDA	NEGRA*	NÃO INFORMADO	TOTAL GERAL
SÃO LUÍS	1	0	0	1	1	5	7
BALSAS	0	0	0	2	2	1	3
BARRA DO CORDA	0	0	0	0	0	3	3
OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	0	1	0	0	0	2	3
SÃO JOÃO DO PARAÍSO	0	0	0	3	3	0	3
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	0	0	1	1	2	1	3

Fonte: SSP - MA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança
*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



PARÁ REGISTROU AUMENTO DE VÍTIMAS NEGRAS DE UM ANO PARA O OUTRO

Existe um desafio essencial a ser enfrentado no Brasil a nível de governo nacional e estadual: o de reduzir as desigualdades socioespaciais existentes no país

A segurança pública continua desafiadora no Pará e os números de mortes decorrentes da intervenção do Estado comprovam isso: foram 530 vítimas em 2023. A estatística é interpretada como positiva pelo governo, já que em 2022 foram 101 casos a mais. Esses indicadores demonstram uma redução de 16,0% em relação a 2022. No entanto, mesmo com a diminuição, o alvo preferencial da polícia segue o mesmo: a juventude negra.

Ao analisarmos os dados, percebemos um aumento de vítimas negras em relação ao ano anterior: foram 232 em 2023, ou seja, 32 casos a mais do que em 2022. Impressiona a quantidade

de jovens mortos pela polícia: 336 tinham entre 12 e 29 anos, representando 63,3% dos casos. A maioria das vítimas tinha baixa escolaridade – 317 pessoas.

Existe um desafio essencial a ser enfrentado no Brasil a nível de governo nacional e estadual: o de reduzir as desigualdades socioespaciais existentes no país. A redução só se daria pela presença de políticas públicas integradas, enfrentamento ao racismo institucional nas corporações policiais e na efetivação de uma política de redução de danos capaz de substituir a “guerra às drogas”. Cabe, portanto, ao Estado criar estratégias eficazes de efetivação e consolidação da segurança pública cidadã e com princípios fundamentados na dignidade humana e na preservação de direitos.

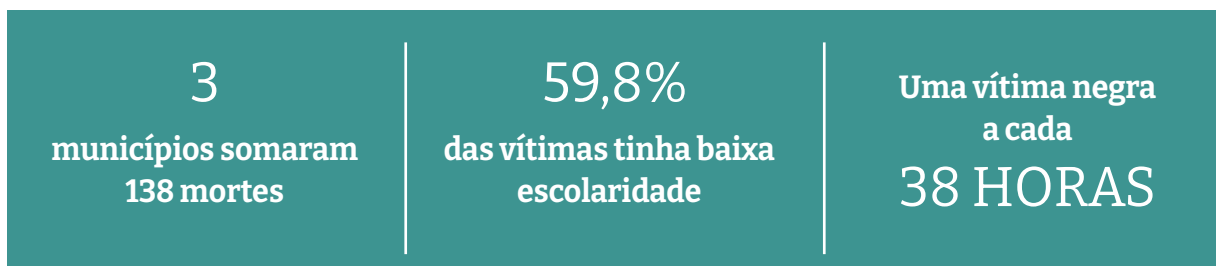
Proporção de população negra*

79,6%

Proporção de mortes de pessoas negras decorrentes de intervenção do Estado

91,7%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



Número e proporção de mortes decorrentes da intervenção do Estado por faixa etária - Pará - 2023

FAIXA ETÁRIA	Nº DE VÍTIMAS	PROPORÇÃO
0 A 11 ANOS	0	0,0%
12 A 17 ANOS	19	3,6%
18 A 29 ANOS	317	59,8%
30 A 34 ANOS	73	13,8%
35 A 64 ANOS	71	13,4%
65 ANOS OU MAIS	2	0,4%
NÃO INFORMADO	48	9,1%
TOTAL GERAL	530	100%

Fonte: SEGUP-PA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking dos seis municípios com mais mortes decorrentes da intervenção do Estado por cor ou raça - Pará

MUNICÍPIOS	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA	NEGRA*	NÃO INFORMADO	TOTAL GERAL
BELÉM	2	0	24	4	28	44	74
ANANINDEUA	1	0	14	5	19	21	41
BARCARENA	1	0	11	2	13	9	23
ABAETETUBA	1	0	4	0	4	11	16
CASTANHAL	1	0	5	0	5	10	16
MOJU	1	0	3	2	5	10	16

Fonte: SEGUP - PA | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



PERNAMBUCO REGISTROU O MAIOR AUMENTO DE MORTOS PELAS POLÍCIAS

Se o objetivo de fato é lidar com a questão das drogas, é preciso cobrar do governo políticas novas e interpretações que ainda não foram trabalhadas, como a redução de danos

O aumento em 28,6% nas mortes decorrentes da intervenção do Estado tem chamado atenção para uma realidade que perdura em Pernambuco, principalmente com relação à preservação das vidas de pessoas negras. Dos 117 mortos, 95,7% eram negros e quase a totalidade eram homens (98,3%). A capital Recife quase dobrou a quantidade de vitimados – de 11, em 2022, para 20, em 2023.

Mesmo com o lançamento do Programa Juntos pela Segurança, cujo objetivo seria reduzir crimes em até 30%, não é isso que os dados apresentam. Apenas três municípios, incluindo a capital, concentraram 36,8% do total de vítimas. Os outros 63,2% foram distribuídos entre 39 cidades, que encontram dificuldades de assistência e ausência de políticas públicas.

Segundo dados da Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Política sobre Drogas,

pelo menos 42% das mortes violentas intencionais no estado têm ligação com a “guerra às drogas”. Como os dados deste relatório evidenciam, nessa onda de violência com participação ativa do Estado, os maiores afetados são os negros. Se o objetivo de fato é lidar com a questão das drogas, é preciso cobrar do governo políticas novas e interpretações que ainda não foram trabalhadas, como a redução de danos, por exemplo.

Além disso, é preciso um olhar mais atento às famílias de vítimas da violência policial. O estado tem implementado um programa de proteção a testemunhas e, mesmo assim, ainda temos grandes problemas na falta desse acolhimento, como no caso dos familiares das vítimas baleadas durante uma ação da Polícia Militar (PM) em Camaragibe. Com isto, é importante cobrar a eficácia do programa estabelecido, fazendo com que proporcione acesso à assistência social e psicoterápica, à saúde, à segurança e à vida dessas pessoas.

Proporção de
população negra*

65,3%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes
de intervenção do Estado

95,7%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

98,3%
das vítimas
eram homens

Uma vítima negra
a cada
4 DIAS

70,9%
tinham
de 12 a 29 anos

Número e proporção de mortes decorrentes da intervenção do Estado por faixa etária - Pernambuco - 2023

FAIXA ETÁRIA	Nº DE VÍTIMAS	PROPORÇÃO
0 A 11 ANOS	0	0,0%
12 A 17 ANOS	8	6,8%
18 A 29 ANOS	75	64,1%
30 A 39 ANOS	25	21,4%
40 A 59 ANOS	8	6,8%
60 ANOS OU MAIS	0	0,0%
NÃO INFORMADO	1	0,9%
TOTAL	117	100%

Fonte: SDS-PE | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking dos seis municípios com mais mortes decorrentes da intervenção do Estado por cor ou raça - Pernambuco

MUNICÍPIO	BRANCA	PRETA	PARDA	NEGRA*	NÃO INFORMADO	TOTAL GERAL
RECIFE	3	2	15	17	0	20
OLINDA	1	1	11	12	0	13
JABOATAO DOS GUARARAPES	0	0	10	10	0	10
RIBEIRAO	0	1	6	7	0	7
IPOJUCA	0	1	4	5	0	5
ABREU E LIMA	0	1	3	4	0	4

Fonte: SDS - PE | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança
*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



PELE
ALVO

PIAUI



PIAUI APRESENTOU REDUÇÃO NAS MORTES, MAS MAIORIA AINDA É NEGRA

Mesmo alvejados pelo estigma da desqualificação, as juventudes piauienses se protegem das violências que a sociedade muitas vezes naturaliza

Os dados apresentados refletem uma realidade preocupante e complexa no Piauí, onde, apesar da redução de 30,8% na violência letal decorrente de intervenção do Estado, pessoas negras, especialmente as jovens, permanecem as maiores vítimas. Os esforços do novo governo e da Secretaria de Segurança, embora necessários, ainda não foram suficientes para alterar a estrutura subjacente que coloca a juventude preta em maior risco.

A capital Teresina mantém maior efetivo policial e viaturas, resultando em mais confrontos diretos, principalmente em áreas onde há inúmeras operações de combate a facções. Apesar dos dados oficiais, as violências reais continuam atingindo a juventude negra. Os jovens são vistos como “culpados em potencial” e “ameaça social” a ser combatida, sob o pressuposto da legalidade que mantém o “tom” na seletividade.

A sobrevivência dos jovens negros é impulsionada pelas encruzilhadas, ou seja, “rotas de fuga”, que criam e encontram nas diversas esferas da vida: cultural, artística, política, no esporte, lazer, nas relações que constroem e nas conquistas cotidianas. Mesmo alvejados pelo estigma da desqualificação, as juventudes piauienses se protegem das violências que a sociedade muitas vezes naturaliza.

A juventude negra se recusa ser definida por uma estrutura que tenta desumanizar e subjugar, e, em vez disso, afirma sua própria potência e capacidade de transformação dessa realidade. A encruzilhada representa não apenas possibilidades de sobrevivência, mas também caminhos para a manutenção e fortalecimento dos coletivos juvenis e seus modos de ser. Ao recusar ser massacrada, não apenas sobrevive, mas também reivindica o direito de existir plenamente e de transformar a realidade ao redor.

Proporção de população negra*

77,1%

Proporção de mortes de pessoas negras decorrentes de intervenção do Estado

74,1%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

20 DAS 27
vítimas no estado eram negras

51,8%
das vítimas eram de Teresina

48,1%
tinham de 12 a 29 anos

Número e proporção de mortes decorrentes da intervenção do Estado por faixa etária - estado do Piauí - 2023

FAIXA ETÁRIA	Nº DE VÍTIMAS	PROPORÇÃO
0 A 11 ANOS	0	0,0%
12 A 17 ANOS	2	7,4%
18 A 29 ANOS	11	40,7%
30 A 39 ANOS	5	18,5%
40 A 59 ANOS	6	22,2%
60 ANOS OU MAIS	1	3,7%
NÃO INFORMADO	2	7,4%
TOTAL	27	100,0%

Fonte: SSP - PI | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking dos seis municípios com mais mortes decorrentes da intervenção do Estado por cor ou raça - Piauí

MUNICÍPIO	BRANCA	PARDA	PRETA	NEGRA*	TOTAL GERAL
TERESINA	4	9	1	10	14
FLORIANO	0	2	0	2	2
JAICÓS	1	1	0	1	2
SIMPLÍCIO MENDES	0	2	0	2	2
ALAGOINHA DO PIAUÍ	0	1	0	1	1
ESPERANTINA	0	1	0	1	1

Fonte: SSP - PI | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança
*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



PELE
ALVO



RIO DE JANEIRO

NO RIO, DOIS MUNICÍPIOS CONCENTRARAM 55,1% DAS VÍTIMAS

A violência desordenada num estado tão importante para o país impacta diretamente na economia

Há 30 anos, o Rio se notabiliza por uma política de segurança ineficaz e pelas críticas aos altos índices de violência. Veículos noticiam diariamente a quantidade exorbitante de tiroteios e ações policiais no território, que desde 2017 passou a registrar mais de mil mortes decorrentes de intervenção do Estado. Pela primeira vez, após cinco edições do *Pele Alvo*, o estado fechou 2023 abaixo dos mil óbitos. O que isso quer dizer?

A partir de agosto de 2023, houve uma redução de mais da metade nas mortes por intervenção do Estado. Uma das hipóteses é a mudança no governo federal e, conseqüentemente, na ideia de política nacional de segurança – de uma pasta conservadora para uma mais progressista. Do ponto de vista do Palácio do Planalto, era inadmissível a instabilidade causada pelas forças policiais, seja no descumprimento da ADPF 635, que previa uma série de determinações impostas

pelo Supremo Tribunal Federal – como mudanças imediatas no modelo de segurança pública – e na manutenção de patamares altíssimos de mortes.

A violência desordenada num estado tão importante para o país impacta diretamente na economia e, por isso, não é interessante que as forças de segurança tenham liberdade para agir violentamente. Era preciso manter o controle para construir uma boa relação política com o novo governo federal.

Desde a primeira edição desse relatório, a diminuição nas mortes por intervenção é significativa: de 1.814 casos, em 2019, para 871, em 2023. Não obstante, ainda estamos falando de um elevado número de vidas ceifadas por quem deveria salvaguardá-las. Diminuição não significa necessariamente melhoria para população. E a análise aqui feita é, sobretudo, um manifesto para reafirmar nosso compromisso com uma segurança pública séria, que vise o bem-estar das pessoas, principalmente dos mais vitimados: homens negros, jovens e de periferia.

Proporção de
população negra*

57,8%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes
de intervenção do Estado

86,9%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

Uma vítima negra
a cada
13 HORAS

97,7%
das vítimas
eram homens

403
vítimas tinham
de 12 a 29 anos

Número e proporção de mortes decorrentes da intervenção do Estado por faixa etária - estado do Rio de Janeiro - 2023

FAIXA ETÁRIA	Nº DE VÍTIMAS	PROPORÇÃO
0 A 11 ANOS	1	0,1%
12 A 17 ANOS	51	5,9%
18 A 29 ANOS	352	40,4%
30 A 39 ANOS	86	9,9%
40 A 59 ANOS	33	3,8%
60 ANOS OU MAIS	1	0,1%
NÃO INFORMADO	347	39,8%
TOTAL	871	100,0%

Fonte: ISP - RJ | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking dos seis municípios com mais mortes decorrentes da intervenção do Estado por cor ou raça - Rio de Janeiro

MUNICÍPIO	BRANCA	INDÍ- GENA	PRETA	PARDA	NEGRA*	NÃO INFORMADO	TOTAL GERAL
RIO DE JANEIRO	41	0	96	197	293	42	376
DUQUE DE CAXIAS	10	1	29	57	86	7	104
ANGRA DOS REIS	9	0	11	41	52	10	71
SÃO GONÇALO	8	0	7	28	35	6	49
NITERÓI	2	0	15	25	40	2	44
SÃO JOÃO DE MERITI	4	0	8	28	36	3	43

Fonte: ISP - RJ | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



PELE
ALVO

SÃO PAULO

SÃO PAULO REGISTROU AUMENTO DE 21,7% DAS VÍTIMAS EM UM ANO

Temos uma Polícia Militar que mata em excesso e morre mais de problemas psicológicos causados pela profissão do que em confrontos

O aumento de 21,7% das mortes em decorrência de intervenção policial em 2023 se deve a um conjunto de fatores resultantes da condução do governo estadual na segurança pública. A atual gestão, iniciada no ano passado, trouxe instabilidade ao cenário policial de São Paulo com a militarização da Secretaria de Segurança, afastando o perfil legalista que historicamente ocupava a posição; cortes em programas de prevenção e em ações de inteligência (R\$ 98 milhões a menos, incluindo os R\$ 15 milhões que eram destinados às câmeras corporais); e mudanças substanciais no alto comando da PM, criando descontentamento na corporação.

Segundo dados do 18º Anuário de Segurança Pública, temos uma Polícia Militar que mata em excesso e morre mais de problemas psicológicos causados pela profissão do que em confrontos. Problema que é reiterado pela inexistência de revisão das políticas de segurança – mesmo diante do aumento dos homicídios – e pelas declarações por

parte do governo estadual parabenizando operações letais e incentivando um tipo de conduta violenta.

A Operação Verão não foi um sucesso. Foram 56 civis mortos em um curto espaço de tempo, incluindo Edneia Fernandes Silva, mulher negra, mãe de seis crianças, morta com um tiro na cabeça. Edneia tem a mesma cor de pele de 66,3% das 321 pessoas mortas em 2023. O número é significativamente desproporcional à composição racial do estado, onde a população negra representa 40,9%. Essa disparidade racial mostra a persistência do racismo estrutural no aparato de segurança pública, afetando, sobretudo, jovens negros de 18 a 29 anos, que representam 44,9% das vítimas.

O contexto de São Paulo é bastante desafiador e exige um trabalho comprometido em relação à transparência, ao combate ao racismo, e à ampliação de esforços entre governos. A pauta da segurança pública não deve ser esvaziada e utilizada politicamente sem compromisso com a proteção de toda a população.

Proporção de
população negra*

40,9%

Proporção de mortes de
pessoas negras decorrentes
de intervenção do Estado

66,3%

*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE

52,4%
das vítimas
tinham de
12 a 29 anos

A capital
concentrou
34,5%
das mortes

321 das 510
vítimas
eram negras

Número e proporção de mortes decorrentes da intervenção do Estado por faixa etária - São Paulo - 2023

FAIXA ETÁRIA	Nº DE VÍTIMAS	PROPORÇÃO
0 A 11 ANOS	0	0,0%
12 A 17 ANOS	38	7,5%
18 A 29 ANOS	229	44,9%
30 A 39 ANOS	92	18,0%
40 A 59 ANOS	55	10,8%
60 ANOS OU MAIS	4	0,8%
NÃO INFORMADO	92	18,0%
TOTAL	510	100,0%

Fonte: SSP-SP | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança

Ranking dos seis municípios com mais mortes decorrentes da intervenção do Estado por cor ou raça - São Paulo

MUNICÍPIO	BRANCA	PARDA	PRETA	NEGRA*	NÃO INFORMADO	TOTAL GERAL
S.PAULO	43	105	18	123	10	176
GUARUJA	5	24	2	26	1	32
CAMPINAS	5	11	4	15	0	20
SANTOS	8	7	3	10	0	18
S.VICENTE	2	7	5	12	1	15
GUARULHOS	3	8	3	11	0	14

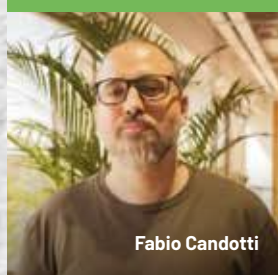
Fonte: SSP - SP | Elaboração: Rede de Observatórios da Segurança
*Soma de pretos e pardos conforme o critério estabelecido pelo IBGE



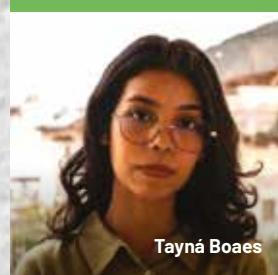
Quem faz a Rede de Observatórios

Baseados em nove estados, as pessoas que integram a Rede combinam metodologia de pesquisa rigorosa, monitoramento diário, diálogo com a sociedade civil e conhecimento da realidade local para fazer análises sobre violência e segurança pública.

AMAZONAS

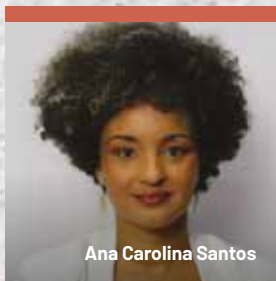


Fabio Candotti

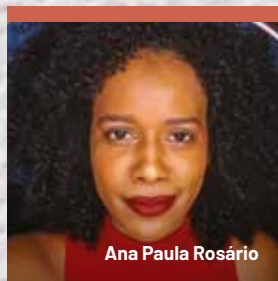


Tayná Boaes

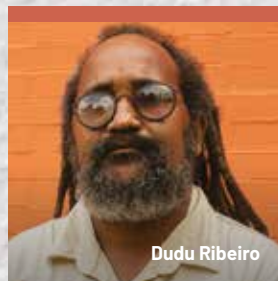
BAHIA



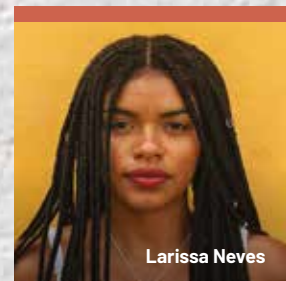
Ana Carolina Santos



Ana Paula Rosário

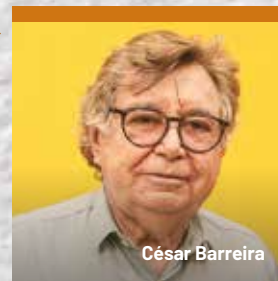


Dudu Ribeiro



Larissa Neves

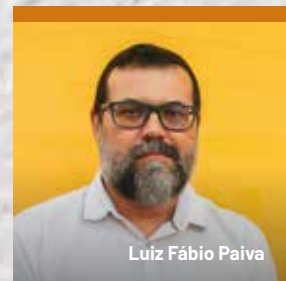
CEARÁ



César Barreira

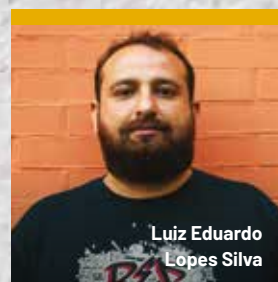


Fernanda Naiara
da Frota Lobato



Luiz Fábio Paiva

MARANHÃO

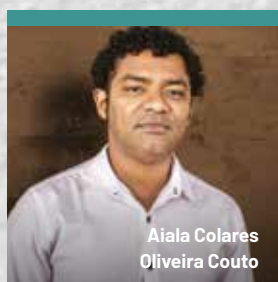


Luiz Eduardo
Lopes Silva

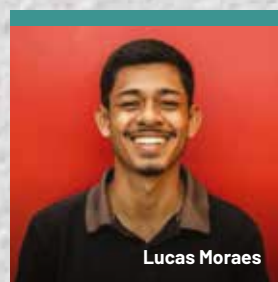


Kassione da Luz

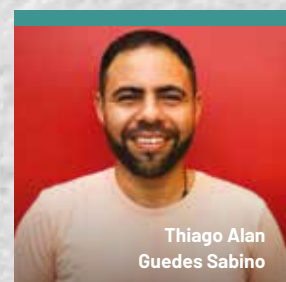
PARÁ



Aíala Colares
Oliveira Couto



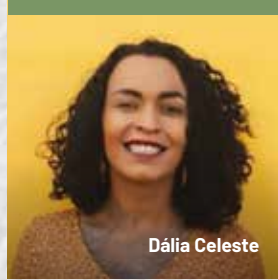
Lucas Moraes



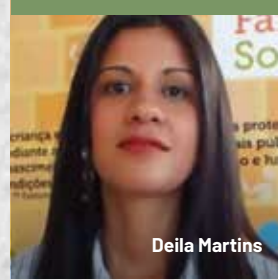
Thiago Alan
Guedes Sabino



PERNAMBUCO



Dália Celeste

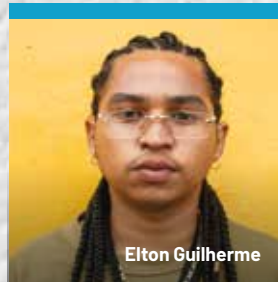


Deila Martins

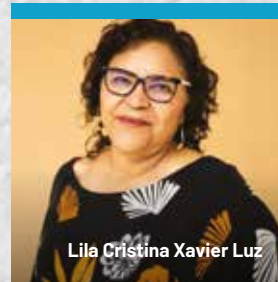


Edna Jatobá

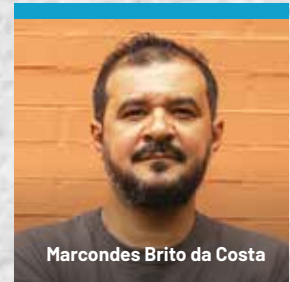
PIAUI



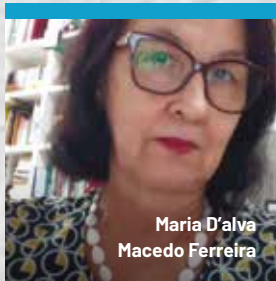
Elton Guilherme



Lila Cristina Xavier Luz

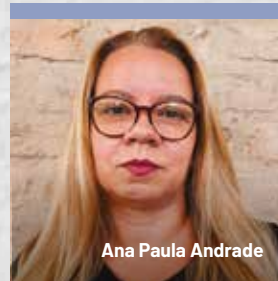


Marcondes Brito da Costa

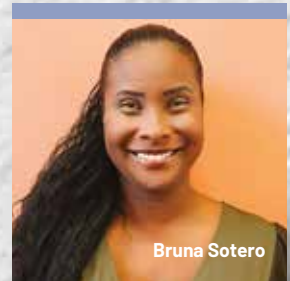


Maria D'alva
Macedo Ferreira

RIO DE JANEIRO



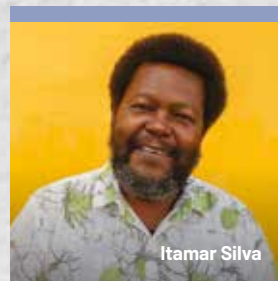
Ana Paula Andrade



Bruna Sotero



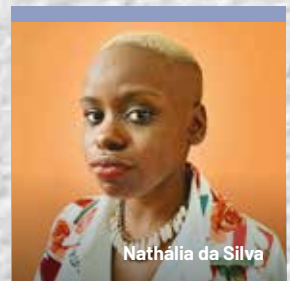
Fabiano Ferreira



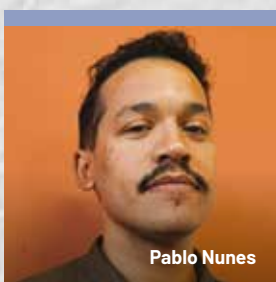
Itamar Silva



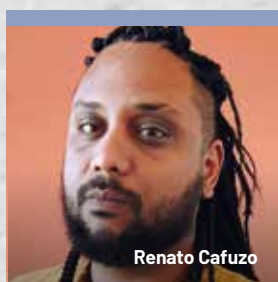
Jonas Pacheco



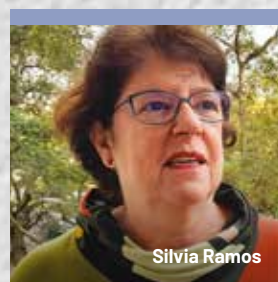
Nathália da Silva



Pablo Nunes



Renato Cafuzo

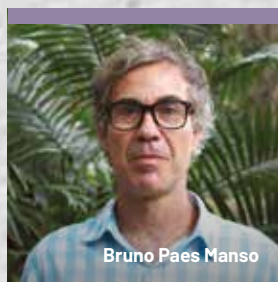


Sílvia Ramos

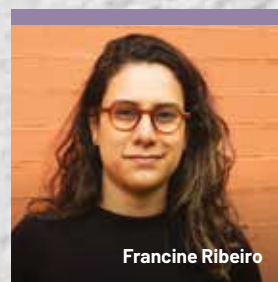


Wellerson Soares

SÃO PAULO

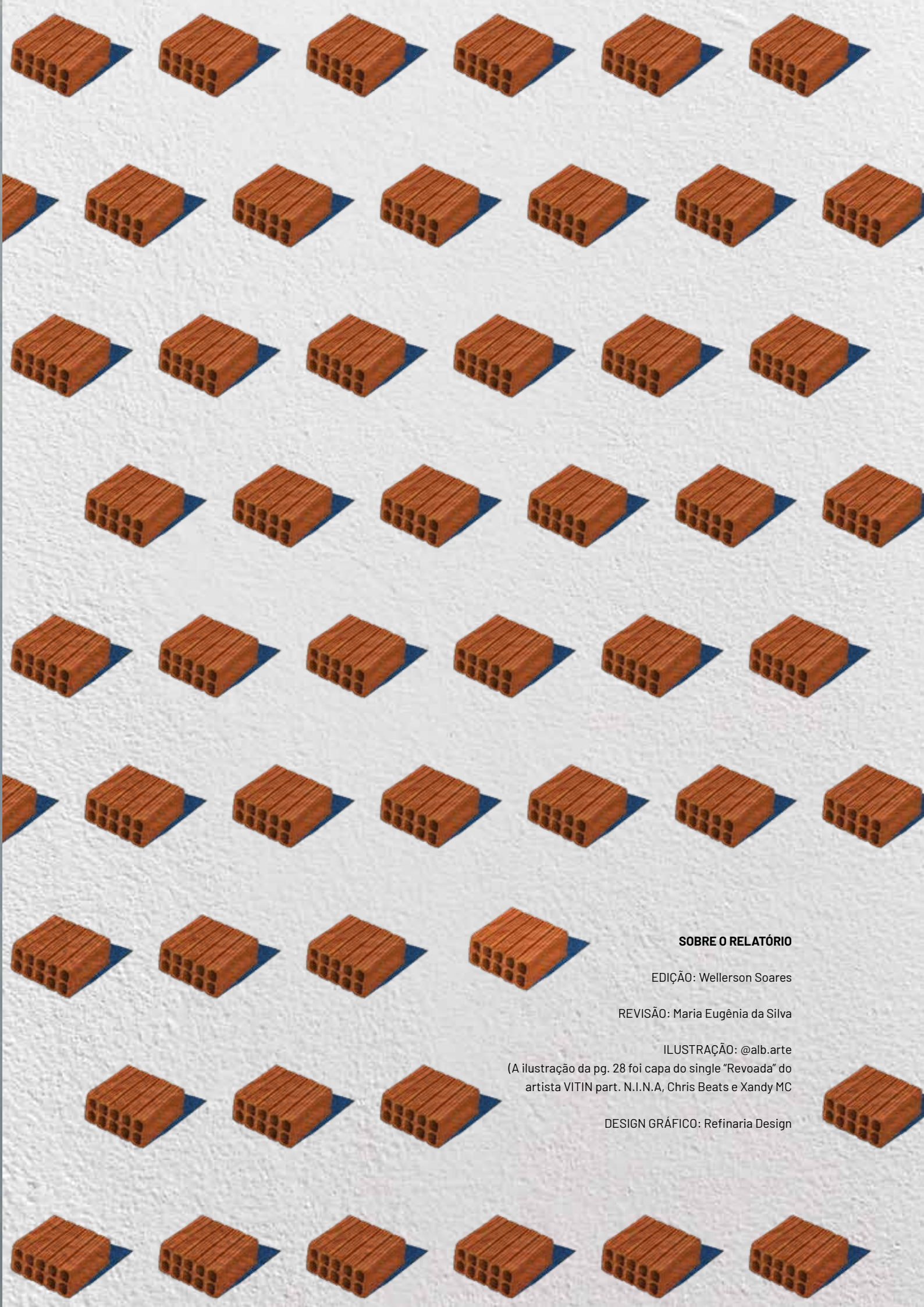


Bruno Paes Manso



Francine Ribeiro





SOBRE O RELATÓRIO

EDIÇÃO: Wellerson Soares

REVISÃO: Maria Eugênia da Silva

ILUSTRAÇÃO: @alb.art

(A ilustração da pg. 28 foi capa do single "Revoada" do artista VITIN part. N.I.N.A, Chris Beats e Xandy MC

DESIGN GRÁFICO: Refinaria Design

REALIZAÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



observatorioseguranca.com.br



@redeobservatorios



@rededeobservatorios

AMAZONAS

BAHIA

CEARÁ

MARANHÃO

PARÁ

PERNAMBUCO

PIAUÍ

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO



APOIO



FORD FOUNDATION

APOIO INSTITUCIONAL

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS